



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

14º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2007 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01) Em reação à crescente onda de violência, o Presidente da República, procurando imprimir efeitos imediatos às suas iniciativas, remete ao Congresso Nacional uma série de Medidas Provisórias. Analise o tema versado em cada qual, indicadas nas opções abaixo, e assinale a que padece do vício de inconstitucionalidade:
- a) Criação de novas vagas para os cargos de Agente e de Delegado da Polícia Federal, a fim de aumentar o efetivo da corporação responsável pela repressão do tráfico internacional de entorpecentes em território brasileiro.
 - b) Alteração de dispositivos do Código de Processo Penal, visando a dar maior agilidade à persecução e eventual punição de acusados de crimes violentos.
 - c) Instituição de programas emergenciais de assistência social destinados a evitar a cooptação de adolescentes por organizações criminosas em comunidades expostas a situações de risco.
 - d) Criação da carreira de agente de pacificação fundiária, profissional com a incumbência de planejar, coordenar e executar ações de assistência social e fiscalização de áreas sujeitas à atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA.
 - e) Nenhuma das iniciativas acima é inconstitucional.
- 02) Por que não poderia vingar alteração normativa que submetesse o Governador do Estado ao julgamento do Tribunal de Justiça nos casos de crime de responsabilidade?
- a) Porque o Governador goza de inviolabilidade material.
 - b) Porque a competência para julgamento de crime de responsabilidade é privativa do Supremo Tribunal Federal.
 - c) Porque, em razão do princípio da hierarquia, o Tribunal de Justiça não poderia julgar uma autoridade que lhe é superior.
 - d) Porque o julgamento por crime de responsabilidade cabe à Assembléia Legislativa do respectivo Estado, em razão do princípio da simetria.
 - e) Porque os crimes de responsabilidade só podem ser praticados pelo Presidente da República e os Ministros de Estado.
- 03) Qual das disposições abaixo NÃO se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista?
- a) Exigência de lei autorizativa para sua regular constituição.
 - b) Aquisição de bens e serviços por meio de licitação.
 - c) Vedação de gozo de privilégio fiscal exclusivo, não extensivo às demais empresas do setor privado.
 - d) Vedação de acumulação remunerada de empregos ou cargos públicos por parte de seus funcionários.
 - e) Sujeição incondicional às convenções coletivas de trabalho.
- 04) Quais das pessoas abaixo NÃO pode se alistar como eleitor?
- a) Os praças das Forças Armadas.
 - b) Os estrangeiros.
 - c) Os adolescentes maiores de 16 anos.
 - d) Os idosos.
 - e) Os analfabetos.

- 05) Qual das atividades abaixo representa expressão do controle interno da Administração Pública?
- a) A orientação, coordenação e supervisão ministerial.
 - b) A propositura de Ação Civil Pública por parte de representante do Ministério Público.
 - c) A convocação de Ministro de Estado para prestar esclarecimentos a comissão do Senado Federal.
 - d) A análise da execução orçamentária por parte do Tribunal de Contas.
 - e) A sustação de atos normativos por parte do Congresso Nacional.
- 06) Caracteriza-se a federação pela presença dos seguintes aspectos:
- a) independência dos Estados-membros e participação na formação da vontade do poder central.
 - b) independência dos Estados-membros e previsão de competências privativas do poder central.
 - c) hierarquização dos entes federados e descentralização meramente administrativa.
 - d) autonomia dos Estados-membros e participação na formação da vontade do poder central.
 - e) centralização das decisões políticas e primazia do direito federal sobre o estadual.
- 07) A Constituição brasileira de 1988 pode ser classificada como:
- a) analítica, compromissória, dirigente e flexível;
 - b) outorgada, dirigente, prolixa e semi-rígida;
 - c) rígida, promulgada, dirigente e analítica;
 - d) democrática, semi-rígida, normativa e codificada;
 - e) compromissória, flexível, pactuada e Constituição-garantia.
- 08) Assinale a afirmativa INCORRETA:
- a) as associações estão dispensadas de obter a autorização de seus associados para a impetração de mandado de segurança coletivo.
 - b) o *habeas corpus* destina-se exclusivamente à proteção da liberdade de ir e vir do indivíduo.
 - c) o mandado de injunção é um remédio constitucional voltado ao controle concreto da inconstitucionalidade por omissão.
 - d) os estrangeiros são legitimados para a propositura de ação popular, desde que portadores de documento de identidade expedido pelo Ministério da Justiça.
 - e) a ação civil pública pode ser ajuizada por outras entidades além do Ministério Público, desde que autorizadas por lei.
- 09) De acordo com o princípio da *unidade da Constituição*, é possível afirmar que:
- a) o Poder Executivo pode recusar-se a cumprir as leis que reputar inconstitucionais.
 - b) enquanto não declaradas inconstitucionais pelo STF, as leis presumem-se constitucionais.
 - c) as decisões em controle concreto de constitucionalidade têm eficácia *erga omnes*.
 - d) não há distinção hierárquica entre as normas constitucionais.
 - e) todas as normas constitucionais devem fazer parte de um único documento.

10) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) os Municípios são competentes para estabelecer normas de trânsito dentro de seu perímetro urbano.
- b) às competências legislativas concorrentes entre União e Estados incluem a disciplina do transporte urbano coletivo.
- c) as competências legislativas privativas da União são insuscetíveis de delegação.
- d) os Estados detêm competência legislativa remanescente, podendo dispor sobre quaisquer matérias que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
- e) as leis do Distrito Federal podem ser, em qualquer hipótese, objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.

DIREITO CIVIL

11) Assinale a opção correta:

- a) A prescrição pode ser interrompida mais de uma vez.
- b) A renúncia à prescrição deve ser expressa.
- c) A prescrição não corre contra os relativamente incapazes.
- d) A prescrição é interrompida pelo protesto cambial.
- e) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

12) É nulo o negócio jurídico:

- a) Praticado por agente relativamente incapaz.
- b) Praticado sob coação.
- c) Praticado em fraude contra credores.
- d) Praticado sem observância à forma prescrita em lei.
- e) Praticado pelo representante em conflito de interesses com o representado.

13) A respeito dos bens públicos, é incorreto afirmar que:

- a) Os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis.
- b) Os edifícios destinados a estabelecimento das autarquias são bens de uso especial.
- c) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- d) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.
- e) O uso comum dos bens públicos pode ser retribuído, de acordo com o que for estabelecido em lei.

14) Oito anos após o falecimento de José da Silva em hospital público estadual, por suposto erro médico, seus filhos Ana, hoje com 30 (trinta) anos, e Rodrigo, hoje com 18 (dezoito) anos, ajuízam ação contra o Estado do Rio de Janeiro pleiteando reparação de dano moral. Pode-se afirmar que:

- a) As pretensões dos dois autores estão prescritas.
- b) A pretensão de Ana está prescrita.
- c) A pretensão de Rodrigo está prescrita.
- d) As pretensões dos dois autores não estão prescritas.
- e) As pretensões dos dois autores são imprescritíveis.

15) Assinale a opção incorreta:

- a) São vedadas as condições que sujeitam o negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes.
- b) As condições juridicamente impossíveis, quando suspensivas, invalidam o negócio jurídico.
- c) A condição subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- d) Enquanto não realizada a condição resolutiva, não produz efeitos o negócio jurídico.
- e) As condições ilícitas sempre invalidam o negócio jurídico.

16) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada quando:

- a) a sociedade não dispõe de recursos suficientes em seu ativo para pagar suas dívidas.
- b) os sócios, por inexperiência no ramo em que atuam, arruinam o patrimônio da sociedade.
- c) há abuso da personalidade jurídica, caracterizada pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- d) um dos sócios for declarado incapaz.
- e) os sócios deixam de integralizar o capital social.

17) Excluem o nexo causal:

- a) os atos praticados em legítima defesa.
- b) o exercício regular de um direito reconhecido.
- c) a deterioração ou destruição da coisa alheia ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- d) o caso fortuito e a força maior.
- e) o estado de necessidade.

18) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- b) Há mora quando, embora não cumprida a obrigação, ainda subsiste a possibilidade de cumprimento.
- c) O inadimplemento absoluto ocorre quando a obrigação não foi cumprida e nem mais subsiste para o credor a possibilidade de receber a prestação.
- d) A mora *ex persona* ocorre quando há estipulação de termo certo para o cumprimento da obrigação, sendo desnecessária a notificação do devedor.
- e) O descumprimento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.

19) Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto dizer:

- a) que depende sempre da demonstração da culpa do agente público.
- b) que não é reconhecida em relação aos atos do Poder Legislativo.
- c) que é afastada diante da culpa exclusiva da vítima.
- d) que o Estado responde sempre pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- e) que o Estado não tem direito de regresso contra o servidor causador do dano.

20) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- b) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, a mais antiga será considerada seu domicílio.
- c) O domicílio da União Federal é o Distrito Federal.
- d) O domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado são domiciliadas no lugar onde funcionam as respectivas diretorias e administrações ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) A relação jurídica processual somente se aperfeiçoa com:

- a) a distribuição da inicial, nas comarcas em que houver mais de um Juiz.
- b) o despacho liminar positivo.
- c) a citação válida.
- d) a apresentação da contestação.
- e) a concessão da medida liminar.

22) Quanto à disciplina das partes em juízo, responda:

- I – Duas ou mais pessoas podem litigar, em conjunto, no mesmo processo, quando os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito.
- II – O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de delimitação interrompe o prazo para a resposta, que recomeça da intimação da decisão.
- III – Caso o autor não promova a citação de todos os litisconsortes necessários, o processo deverá ser extinto com julgamento do mérito.
- IV – No litisconsórcio facultativo, a eficácia da sentença depende da citação de todos os litisconsortes no processo.

Estão corretos:

- a) os itens I e III.
- b) os itens I e II.
- c) os itens II e III.
- d) os itens II e IV.
- e) os itens I e IV.

23) Assinale a hipótese que acarreta a extinção do processo, sem resolução de mérito:

- a) a decadência do direito.
- b) a prescrição da pretensão.
- c) a transação.
- d) a paralisação do processo durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- e) o indeferimento da medida liminar.

24) Quanto ao recurso de agravo, responda:

- I – Das decisões interlocutórias sempre caberá agravo, na forma de instrumento.
- II – Quando a decisão interlocutória for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, somente caberá agravo retido.
- III – Caberá agravo de instrumento nos casos de inadmissão de apelação.
- IV – O agravo retido independe de preparo e deverá ser reiterado expressamente em sede de apelação ou contra-razões de apelação, sob pena de não ser conhecido pelo Tribunal de Justiça competente.

Estão corretos:

- a) os itens I e III.
- b) os itens II e IV.
- c) os itens III e IV.
- d) os itens I e IV.
- e) os itens I e II.

25) João ajuíza ação ordinária em face do Estado do Rio de Janeiro e do policial militar José das Couves pleiteando indenização por danos sofridos em acidente de trânsito. Quanto ao prazo para os Réus contestarem a demanda, é correto afirmar que:

- a) é de 30 dias para ambos.
- b) é de 120 dias para o Estado e de 30 dias para o policial militar.
- c) é de 60 dias para o Estado e de 15 dias para o policial militar.
- d) é de 60 dias para o Estado e de 30 dias para o policial militar.
- e) é de 30 dias para o Estado e de 15 para o policial militar.

26) Os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo:

- a) são de ordem pública, não se sujeitam a preclusão e podem ser apreciados de ofício pelo Juiz.
- b) quando ausentes, provocam extinção do processo, sem análise do mérito, por preempção.
- c) precisam da iniciativa da parte para serem apreciados e decididos pelo Juiz, por força do princípio da inércia.
- d) dizem respeito sempre ao binômio necessidade e utilidade do processo.
- e) quando ausentes, provocam a extinção do processo, com a análise de mérito.

27) Quanto aos efeitos da revelia, é INCORRETO afirmar que:

- a) como regra, reputam-se verdadeiros todos os fatos não contestados pelo réu.
- b) se a demanda versar sobre direitos indisponíveis, os fatos não contestados pelo réu não são presumidamente verdadeiros.
- c) verificando-se a ausência de contestação e a incidência dos efeitos da revelia, o Juiz determinará necessariamente a realização da instrução probatória.
- d) embora revel, o réu poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontra.
- e) Não há produção dos efeitos da revelia quando, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.

28) Marque a alternativa CORRETA:

- a) as decisões judiciais devem ser motivadas sob pena de nulidade, não sendo admitida, em caso algum, motivação sucinta.
- b) o princípio do contraditório se aplica a todos os processos, não podendo, em hipótese alguma, ser postergado.
- c) de acordo com o princípio do juiz natural, as causas devem ser processadas e julgadas por um órgão previamente constituído e com competência anteriormente estabelecida.
- d) o princípio do devido processo legal, sob o aspecto material, compreende alguns sub-princípios, como, por exemplo, o do contraditório, da ampla defesa e o da publicidade.
- e) o princípio da publicidade dos atos processuais não comporta qualquer restrição legal.

29) Sobre as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) o juiz da causa principal é também competente para processar e julgar a reconvenção e a ação declaratória incidental.
- b) a parte poderá suscitar o conflito de competência, ainda que tenha oferecido exceção de incompetência.
- c) a competência em razão do valor da causa, a competência territorial e a competência em razão da qualidade da pessoa são sempre relativas.
- d) a incompetência absoluta deve ser argüida por meio de exceção.
- e) declarada a incompetência relativa, o processo será extinto sem resolução de mérito.

30) É CORRETO afirmar, com relação à Fazenda Pública em juízo, que:

- a) a Fazenda Pública possui prazo em dobro para contestar e recorrer.
- b) a sentença condenatória contra a Fazenda Pública está sujeita ao reexame necessário, salvo se o valor da condenação não exceder a 60 salários mínimos ou a sentença estiver fundada em súmula dos Tribunais Superiores.
- c) para recorrer, o Estado deverá recolher metade do valor das custas judiciais.
- d) a Fazenda Pública não precisa noticiar ao Juiz, prolator da decisão liminar, a interposição do recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça.
- e) a Fazenda Pública possui prazo em dobro para oferecer contra-razões a recurso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

14º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CIVIL

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

NOTA:

NOTA POR EXTENSO: _____

RUBRICA(S) DO(S) EXAMINADOR(ES)

INSTRUÇÕES

Use caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer tipo, inclusive esferográfica.

Preencha, de forma legível, os espaços existentes na parte inferior desta folha, na **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO**.

O preenchimento dessa **ÁREA** tem como finalidade a desidentificação da prova e, após a correção, a sua identificação.

Deixe em branco os espaços constantes da **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO EXAMINADORA E OS DE USO DA COMISSÃO ORGANIZADORA**.

NA SUA RESPOSTA UTILIZE APENAS AS FOLHAS PAUTADAS ANEXAS (INCLUSIVE NO VERSO). NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.

Não serão consideradas respostas dadas no caderno de rascunho ou na folha de questões, os quais não devem ser devolvidos.

NÃO ASSINE AS FOLHAS DE RESPOSTA, NEM AS RUBRIQUE OU NELAS FAÇA QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O CANDIDATO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA.

NÃO PREENCHER

14º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

NÃO PREENCHER

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO

Nome _____ Inscrição nº _____
(Em letra de forma)

Assinatura usual _____ Data de Nascimento ____/____/____